

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL: ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS (ANPPAS) EM 2012 E 2015

Resultado de Pesquisa

Alicielle Souza Aguiar¹

Marco Aurélio Pereira²

Catarina Teixeira³

Resumo

A Educação Ambiental Não Formal está inserida em vários segmentos institucionais. Este trabalho identificou ferramentas e metodologias de Educação Ambiental Não Formal em publicações científicas dos dois últimos eventos da ANPPAS, em 2012 e 2015. Após leitura dos resumos publicados pelo Grupo de Trabalho 6 (GT6), empregou-se o método de categorização em três segmentos: Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental, em Unidades de Conservação e em Órgãos e ou Empresas Públicas. Foi possível identificar ferramentas e/ou metodologias de Educação Ambiental Não Formal em todas as categorias.

Palavras-chave: Licenciamento; Educação Ambiental; Unidades de Conservação.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei nº 9795/1999, fez com que a Educação Ambiental (EA) fosse divulgada e discutida surgindo, então, eventos, programas de pós-graduação e outras associações interessadas no tema.

Nesse contexto nasce no ano 2000 a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), a fim de congregar programas e instituições brasileiras que realizem atividades de pesquisa ou formação de caráter interdisciplinar. As atividades da ANPPAS incluem a realização de um encontro a cada dois anos, quando acontecem importantes discussões entre pesquisadores e profissionais da área. A ANPPAS estabeleceu, desde o ano de 2002, um Grupo de Trabalho voltado para pesquisas em Educação Ambiental, o GT6 – Sociedade Ambiente e Educação.

A legislação ambiental brasileira trata da EA especialmente através da Lei nº 9.795 de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e que destaca em seu Art. 2º que a

¹ Gestora Ambiental - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Governador Valadares – MG. alicielleaguiar@hotmail.com

² Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. marcoarelio.p@hotmail.com

³ Professora na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM – Campus Uberaba, MG. catarinabio@hotmail.com

EA é um dos itens essenciais e permanentes da educação nacional e que deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino formal e Não Formal (BRASIL, 1999).

Para Bianconi e Caruso (2005), o ensino formal é definido como aquele aplicado em escolas, e o Não Formal engloba as tentativas educacionais fora do sistema formal de ensino.

Assim, no presente trabalho fizemos uma análise sobre Educação Ambiental Não Formal, no contexto das produções científicas publicadas pelo Grupo de Trabalho 6 (GT6) dos Encontros da ANPPAS, realizados nos anos de 2012 e 2015.

A escolha da pesquisa no âmbito dos trabalhos da ANPPAS se deve ao contexto dos encontros mais recentes visarem traçar um panorama da situação atual sobre a produção científica em EA, considerando as ferramentas e metodologias utilizadas na elaboração da EA Não Formal.

METODOLOGIA

Utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica do tipo “estado da arte”, conforme Ferreira (2002). Visando delimitar a abrangência da pesquisa, foram selecionados como base de dados os eventos acadêmicos da ANPPAS nos anos dos dois últimos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ENNANPAS), realizados nos anos de 2012 e 2015. Por se tratar de pesquisa em Educação Ambiental, foram utilizados apenas os trabalhos do GT6 de cada evento. Os esforços foram empreendidos no sentido de identificar no conteúdo dos trabalhos selecionados quais metodologias e ferramentas de Educação Ambiental foram citadas e, ainda, qual a categoria institucional mais relevante.

Dessa forma, buscou-se entender onde e de que forma a EA Não Formal está sendo implementada, quanto a suas metodologias, a suas ferramentas e suas especificidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos trabalhos publicados nos dois últimos eventos do GT6 da ANPPAS nos mostrou um quantitativo de 25 trabalhos apresentados no evento de 2012, e 34 trabalhos publicados no evento de 2015, totalizando nesses dois eventos um quantitativo de 59 trabalhos. Destes, dez estavam relacionados aos objetivos dessa pesquisa, dois em 2012 e oito em 2015.

Foi possível verificar que as instituições que realizam EA Não Formal são empresas privadas, Unidades de Conservação (UC's), bem como Órgãos e Empresas Públicas. Para facilitar a análise, optou-se por dividir os trabalhos em três categorias de acordo com o assunto: EA no Licenciamento Ambiental; EA em Unidades de Conservação; EA em Empresas e ou Órgãos Públicos.

Na categoria EA no Licenciamento Ambiental, foram contabilizados cinco trabalhos dentre os dez analisados, ou seja, 50%. A grande maioria das ações de EA nas empresas está associada às obrigações legais impostas pelo licenciamento ambiental para a mitigação dos impactos ambientais.

Na categoria EA em UCs, foram contabilizados três trabalhos dentre os dez analisados, ou seja, 30%. As UC's cumprem um importante papel envolvendo as comunidades do entorno. Mas as ferramentas e ou metodologias citadas nos trabalhos analisados retratam, em sua maioria, ações pontuais e desconectadas, sem grande envolvimento e participação das comunidades locais.

Na categoria EA em Empresas e ou Órgãos Públicos, foram contabilizados dois trabalhos dentre os dez analisados, ou seja, 20%. As ações realizadas são voltadas para remediar os problemas já existentes, com focos pontuais. Mesmo assim, é uma iniciativa interessante, tendo em vista que a grande maioria dos Órgãos Públicos não realiza EA, apesar de se tratar de previsão legal, conforme preceitua a PNEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as publicações pesquisadas, foi possível identificar ferramentas e ou metodologias de Educação Ambiental. A categoria mais relevante foi considerada a EA no Licenciamento Ambiental, uma vez que nessa categoria foi contabilizada a grande maioria das publicações e suas metodologias são as que melhor atendem aos princípios elencados nas políticas públicas vigentes e no referencial teórico que trata do assunto.

As demais categorias propostas também apresentaram ações importantes, mas que ainda precisam ser adequadas para o alcance de resultados mais significativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação Não Formal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 20, out./dez. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252005000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=491>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.